

Boaventura de Sousa Santos alerta para contrarrevolução imposta pela "troika"

Por Agência Lusa, publicado em 24 Jan 2013 - 15:21 | Atualizado há 1 hora 43 minutos

Imagem

 Imprimir

 Enviar

 Like 253

 Send

108

0

 Share

 +1

 Tweetar 9

 Share 42



O coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Boaventura de Sousa Santos, alertou hoje para o processo de contrarrevolução imposto pela "troika", que procura "destruir os direitos adquiridos e os avanços civilizacionais" conquistados pelo 25 de Abril.

"O Direito imposto pela 'troika' parece estar a ser hierarquicamente superior ao Direito Constitucional e o apelo que deixo é que deve aprofundar-se a democracia da Justiça e que esta não participe neste processo de contrarrevolução. A 'troika' está a inverter o fundamento da Justiça e de todo o sistema judiciário", disse à agência Lusa o sociólogo, que vai falar sobre esta matéria na sexta-feira, em Coimbra, numa conferência subordinada ao tema "O que seria uma revolução democrática da Justiça".

Diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o sociólogo defende uma justiça mais "acessível e eficiente", que seja "suscitadora da confiança dos portugueses".

Explicou também que a 'troika' tem de adaptar-se ao Estado Social, sendo por isso necessário um reajustamento do programa de ajuda internacional.

"A Direita que está no poder é uma Direita mais radical, que por processo eleitoral nunca conseguiria fazer o que está a fazer. Está a utilizar a 'troika' para fazer uma contrarrevolução", insistiu.

Boaventura de Sousa Santos explicou ainda que o novo mapa judiciário não garante a proximidade da Justiça aos cidadãos, alertou para o aumento exponencial das custas judiciais e salientou a necessidade de uma nova cultura jurídica em Portugal, assim como um novo ensino do Direito.

Para o sociólogo, esta intervenção internacional da 'troika' nada tem de económico, mas sim de ideológico.

"Muito preocupado, como devem estar todos os cidadãos", Boaventura de Sousa Santos disse também temer uma convulsão social ainda este ano.

A intervenção do coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa está agendada para as 15:00, no Auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

*Este artigo foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico aplicado pela agência Lusa